DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 8341/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/3790/2018
PROTOCOLO	: 1896858
ÓRGÃO	: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORUMBÁ
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ALBERTO SABURO KANAYAMA
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE. FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORUMBÁ. PROVENTOS PROPORCIONAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato de concessão de **Aposentadoria Voluntária por Idade**, concedido pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Corumbá à servidora **Consuelo Silva Martinez**, inscrita no **CPF sob o n.º 061.969.001-10**, titular do cargo efetivo de **Professora**.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a Equipe Técnica mediante Análise **"ANA - DFAPP – 2710/2021"** (fls. 81/82) e o i. Representante do Ministério Público de Contas em seu Parecer **"PAR - 4ª PRC – 5954/2021"** (fl. 83), manifestaram-se pelo **registro** do Ato de Pessoal em apreço, na medida em que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, forte no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, da Resolução n.º 98/2018, em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito em comento é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e o julgamento da matéria relativa ao Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012.

Constata-se que o benefício previdenciário, fixado na sua proporcionalidade, conforme verificado na Apostila de Proventos (fls. 66/70), observou a legislação aplicável à matéria, estando amparado nos termos do art. 32 da Lei Complementar Municipal n.º 87/2005, c/c art. 40, §1º, III, "b", da Constituição Federal, conforme Ato n.º 06/2018, publicado no Diário Oficial do Município de Corumbá, ed. n.º 1.363, de 06/02/2018.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - PELO **REGISTRO** da **Aposentadoria Voluntária por Idade**, concedido pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Corumbá a servidora **Consuelo Silva Martinez**, inscrita no **CPF sob o n.º 061.969.001-10**, no Cargo de Professora, conforme Ato n.º 06/2018, publicado no Diário Oficial do Município de Corumbá, ed. n.º 1.363, de 06/02/2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012;

II - PELA **REMESSA** dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 02 de agosto de 2021.

R.F

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA